

A IMPORTÂNCIA DA VALORIZAÇÃO DA HISTÓRIA E DA CULTURA AFRICANA NA EDUCAÇÃO

LAIS RODRIGUES RAMOS¹, RICARDO ROBERTO PLAZA TEIXEIRA²

¹ Graduanda em Tecnologia de Processos Gerenciais, Bolsista de Extensão, IFSP, Campus Caraguatatuba, lais.ramos@ifsp.edu.br.

² Doutor em Física Nuclear pela Universidade de São Paulo e docente do Instituto Federal de São Paulo (IFSP), Campus Caraguatatuba, rteixeira@ifsp.edu.br.

Área de conhecimento (Tabela CNPq): Tópicos Específicos de Educação – 7.08.07.00-0.

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo realizar uma revisão bibliográfica acerca da importância da inserção da história e da cultura africana em atividades educacionais que valorizem as raízes culturais do povo brasileiro e identificar conhecimentos que possam ser utilizados com o propósito de investigar estes temas associados ao estudo acerca do racismo. Portanto, trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório e educacional sobre conhecimentos interdisciplinares, realizada a partir de uma revisão bibliográfica junto a teses, dissertações, artigos, livros e trabalhos acadêmicos que podem embasar ações que estão sendo planejadas com este intuito. Esta pesquisa também visa mostrar a importância do uso de ferramentas da internet para o acesso a determinados conteúdos que permitam desenvolver um trabalho educacional que motive a aprendizagem acerca destes temas em seus diversos níveis. Os referenciais estudados nesta pesquisa demonstram que é relevante trabalhar para a inserção destes temas em espaços educacionais e em ações culturais e de divulgação científica.

PALAVRAS-CHAVE: história da ciência; divulgação científica; educação; questões étnico-raciais; povos africanos.

THE IMPORTANCE OF VALUING AFRICAN HISTORY AND CULTURE IN EDUCATION

ABSTRACT: This work aims to carry out a bibliographic review about the importance of inserting African history and culture in educational activities that value the cultural roots of Brazilian people and to identify knowledge that can be used in order to investigate these themes associated with the study about racism. Therefore, it is an exploratory and educational research on interdisciplinary knowledge, carried out based on a bibliographic review of theses, dissertations, articles, books and academic works that can support actions that are being planned for this purpose. This research also aims to show the importance of using internet tools to access certain contents that allow the development of educational work that motivates learning about these themes at different levels. The references studied in this research demonstrate that it is relevant to work for the insertion of these themes in educational spaces and in cultural and scientific dissemination actions.

KEYWORDS: history of science; culture; scientific divulgation; education; ethnic-racial issues; African people.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo analisar a forma como a desqualificação sistemática de conhecimentos acerca da história e da cultura de origem africana contribui como fator motivacional para o racismo, por meio de uma revisão bibliográfica acerca da importância da inserção destes temas nos currículos de disciplinas da educação básica e em atividades de extensão de divulgação científica, de modo a superar visões que negligenciam conhecimentos produzidos por outras sociedades em prol de uma versão excessivamente eurocêntrica. Também são analisadas as ações possíveis de serem realizadas dentro de instituições acadêmicas que possam contribuir para uma maior pesquisa a respeito destes temas.

Em 2010, pelos dados de pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil era o segundo maior país negro do mundo, com uma população de mais de 96

milhões de habitantes se declarando negra (GOULARTE; MELO, 2013), apenas atrás da Nigéria, o país mais populoso da África que em 2010 contava com uma população de pouco mais de 158 milhões de habitantes. Esta parcela gigantesca da população brasileira guarda uma intensa relação histórica e social com seus antepassados que foram trazidos escravizados da África para o Brasil ao longo de cerca de quatro séculos e estas laços têm que também ser levados em consideração em trabalhos de natureza educacional e cultural, principalmente naqueles que tenham como público alvo crianças, adolescentes e jovens estudantes que durante a sua formação escolar devem também ter acesso a determinados conteúdos curriculares versando sobre este tipo de temática.

No ano de 2003, a LDBEN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), de 1996, foi alterada pela lei 10.639/2003 que passou a incluir no currículo das redes de ensino a obrigatoriedade da presença da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Africana” (MEDEIROS; ALMEIDA, 2007). Esta conquista foi fruto de anos de lutas de movimentos sociais, em especial do Movimento Negro. No seu primeiro parágrafo, o texto da lei explicita que os conteúdos programáticos terão que abordar a luta dos negros no Brasil, a cultura negra e a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política para a História do Brasil.

Esta lei foi complementada em 2008 pela lei 11.645/2008 que passou a incluir também a obrigatoriedade de aulas sobre as histórias e as culturas dos povos indígenas. A interculturalidade no âmbito educacional está relacionada a estratégias e metodologias que promovam um diálogo genuíno entre as diferentes formações socioculturais brasileiras: a ênfase na pluralidade cultural colabora para combater a discriminação, incentiva o respeito pelas diferentes etnias, promovendo um efetivo intercâmbio entre elas, produzindo novos sentidos, ampliando conhecimentos e incentivando noções e sentimentos de responsabilidade e de solidariedade, questões que motivaram a instituição da Lei 11.645/2008 (GOULARTE; MELO, 2013). Não se trata de mais uma disciplina no currículo escolar, mas de uma orientação para que todas as disciplinas que constituem o currículo escolar básico – inclusive em disciplinas como matemática e ciências – incorporem uma discussão sobre a contribuição da população negra e indígena para a cultura brasileira (COSTA, 2009).

Estas duas leis representaram deste modo um esforço para descolonizar os currículos de uma visão restrita ao eurocentrismo de modo a procurar entender e levar em consideração a diversidade da sociedade brasileira e as diferenças de raça, classe, sexo, gênero, crenças e culturas (FERNANDES; CINEL; LOPES, 2016). Assim sendo, a criação de materiais didáticos e propostas de ações de divulgação cultural e científica pode contribuir decisivamente nos Ensinos Fundamental e Médio para uma educação mais crítica, antidiscriminatória, emancipatória e diversa, que leve em conta as diferentes alteridades e que ajude no combate ao racismo (ALVES-BRITO; BOOTZ; MASSONI, 2018).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este trabalho se encontra no início e em decorrência de fatores condicionantes associados à pandemia da COVID-19, até o presente momento, foi realizada uma análise de alguns dos referenciais teóricos de fundamentação para as ações previstas.

É fundamental envidar um esforço para compreender por que, mesmo a escola estando inserida em um espaço social plural, os currículos de ciências têm mantido uma lógica tão somente eurocêntrica, ocidental e excludente, de modo a pensar no ensino de ciências para a diversidade (MONTEIRO; ZULIANI; ALMEIDA, 2017).

O ensino de ciências na maioria das sociedades não ocidentais é modelado pelo ocidente. Deste modo, a ciência pode ser considerada, em certo sentido, uma cultura estrangeira para nações e povos situados fora da Europa e da América do Norte, onde majoritariamente o empreendimento científico consolidado se desenvolveu ao longo dos últimos quatro séculos desde a revolução científica do século XVII. Assim, o ensino de ciências em tais sociedades com experiências históricas e vivências sociais diversas deve ter algumas características que são diferentes das do ensino de ciências em uma sociedade estritamente ocidental, europeia ou norte-americana (OGAWA, 1986).

Pensar a História da Ciência e da Tecnologia a partir de povos africanos é refletir também sobre o processo de epistemicídio envolvido que pode ser definido como estando associado à recusa de reconhecer a produção de conhecimentos de determinados povos, no caso brasileiro, os povos negros e indígenas, o que está associado a ideia de invisibilidade (BORGES, 2018). Deste modo é fundamental levar em conta que uma sociedade cria ciência e tecnologia a partir das suas necessidades sociais. Ou seja, as respostas surgem para os problemas que estão postos em um determinado contexto histórico. A ideia atual de ciência ainda tem suas premissas dentro de uma perspectiva excessivamente eurocêntrica

que por sua vez não evidencia outros tipos de conhecimentos, o que acaba por se materializar na nossa dificuldade de compreender a ciência e a tecnologia dos povos africanos.

O racismo epistêmico e estrutural (ALMEIDA, 2019) é o elemento fundamentador da invisibilidade dos conhecimentos produzidos pelos povos africanos e por afrodescendentes (CARNEIRO, 2008). Um dos primeiros pensadores a utilizar o termo epistemicídio foi Boaventura de Sousa Santos (1997): para ele o genocídio provocado pela expansão europeia implicou também em um epistemicídio, ou seja, eliminação de formas de conhecimento “estranhas” sustentadas por práticas culturais de outros povos, considerados “estranhos” do ponto de vista dos colonizadores. Esse processo subordinou, marginalizou e tornou ilegais práticas de grupos sociais que poderiam constituir uma ameaça à expansão do capitalismo. O processo diaspórico, pelo qual passou imensos contingentes populacionais descendentes de africanos, devido à escravidão, está relacionado à hegemonia da visão eurocêntrica nos diversos campos acadêmicos, algo que tem um grande impacto educacional. Para superar esta situação é necessário criar espaços para debates tanto na área da educação quanto no mundo acadêmico a respeito das questões associadas a este epistemicídio. Não é possível entender como se desenvolveram os conhecimentos produzidos pelos povos africanos, sem entender a maneira que eles pensavam a própria ciência. O epistemicídio também fragiliza o ser que é oprimido por ele, produzindo uma relação de dependência que se centraliza no eurocentrismo e está associada à pressuposição da inferioridade de certos seres humanos como seres não detentores das possibilidades de produtores e de desenvolvimento de conhecimento (PESSANHA, 2018).

A colonização europeia produziu uma espécie de negacionismo a respeito das consequências para o mundo atual da escravidão e da diáspora. O estudo e o ensino da História da África - o “berço da humanidade”, pois foi onde a espécie humana surgiu - é uma poderosa ferramenta que até hoje se faz necessária para um conhecimento mais fundamentado a respeito da sociedade em que vivemos atualmente. A zoomorfização - associada à tentativa de descrever o comportamento humano como de um animal e de tratar alguns homens como animais - foi usada por europeus para justificar a escravidão e para fracionar os povos que não compunham os colonizadores. Os africanos foram designados por características animais e desprovidos de qualquer significação humana ou portadora de conhecimentos, o que se transformou em um elemento motivador para a escravidão dos povos africanos. Portanto, o ensino sobre a História dos povos da África e sobre os conhecimentos produzidos por eles, pode colaborar para a deszoomorfização de africanos e afrodescendentes, ao enfatizar que nenhum lugar deve ser discriminado como sendo “periférico” (NOGUEIRA, 2010).

A dificuldade para encontrar fontes para o estudo dos povos africanos e a falta de obras catalogadas sobre esta temática é um grande obstáculo para a reunião de informações consolidadas. Pesquisas estruturadas a partir de documentos escritos, na arqueologia e na tradição oral permitem compreender melhor o contexto no qual surgiram, mas ainda são muito embrionárias (KI-ZERBO, 2010). Assim, pela sua complexidade, é uma prioridade ampliar pesquisas neste sentido de modo a trabalhar com outras fontes de conhecimento e consequentemente engendrar uma melhoria dos conteúdos educacionais relacionados ao ensino de temas sobre a História e a Cultura dos povos africanos e afrodescendentes.

Os povos europeus que conquistaram a África, durante as guerras de colonização, se autodefiniram como tendo a autoridade de estabelecer o que é e o que não é filosofia: isto é definido como um epistemicídio, ou seja, o assassinato das maneiras de conhecer e agir de determinadas culturas, no caso, os povos africanos conquistados. O epistemicídio não eliminou totalmente as maneiras de conhecer e agir dos povos africanos conquistados, mas produziu um sentimento de superioridade intrínseca da filosofia ocidental com respeito às filosofias africanas. Entretanto, é cada vez mais importante investigar essa pretensa autoridade de uma parcela da humanidade - o ocidente - para definir o significado de experiência e do conhecimento de todos os seres humanos e, neste caso em particular, dos povos africanos (RAMOSE, 2011).

A ciência na perspectiva africana está relacionada às linguagens utilizadas pelos diferentes povos, às necessidades materiais existentes e a fatores genéticos, sociais e geográficos associados a diferentes tipos de comportamentos, de formas de comunicação e de culturas que surgiram. A África foi a origem das primeiras experiências tecnológicas que surgiram na história do ser humano e o desenvolvimento de cada ferramenta tecnológica carregava texturas dos mais diferentes tipos, associadas às crenças, aos conhecimentos e à cultura de cada povo em específico.

As disciplinas - relacionadas a certas formas de conhecer o mundo - se comunicaram entre si nas mais diversas possibilidades de aprendizado ao longo da História, levando a determinados elementos que foram importantes para a produção de uma forma de conhecimento genuinamente autóctone. De modo mais específico, nas sociedades subsaarianas situadas no continente africano

durante a Idade Média se encontravam alguns reinos que produziram diferentes tipos de riquezas a partir da existência de matéria-prima abundante e dos conhecimentos para trabalhar com estes tipos de matéria-prima. A ciência medicinal produzida neste período está bastante associada aos unguentos e óleos que foram utilizados como remédios para diferentes tipos de doenças.

A transposição e a divulgação de conhecimentos de origem africana - sobre a história dos povos da África e dos conhecimentos científicos e tecnológicos produzidos por eles - em ambientes escolares pode produzir um cenário adequado para uma discussão mais aprofundada acerca da diáspora dos povos de origem africana e das suas consequências para os dias de hoje.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os referenciais teóricos estudados e analisados neste trabalho evidenciaram a relevância e a urgência de mais pesquisas sobre a diáspora africana, de modo a criar subsídios para ações educacionais acerca de temas relacionados à ciência, à história e à cultura dos povos africanos e sobre a contribuição que eles deram para o desenvolvimento social, econômico e tecnológico da humanidade. Desta forma, construir uma educação que considere estes temas com a importância que eles devem ter permite agregar conhecimentos que promovam uma ressignificação acerca das nossas origens e que fortaleçam, dentro de ambientes escolares, o surgimento de ações antirracistas e afirmativas em termos étnico-raciais.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Pró-Reitoria de Extensão do IFSP pela bolsa de extensão concedida a L. R. R., coautora deste trabalho.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Editora Pólen, 2019
- ALVES-BRITO, Alan; BOOTZ, Vitor; MASSONI, Neusa Teresinha. Uma sequência didática para discutir as relações étnico -raciais (Leis 10.639/03 e 11.645/08) na educação científica. **Caderno Brasileiro de Ensino de Física**, v. 35, n. 3, p. 917-955, dez. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/fisica/article/view/2175-7941.2018v35n3p917/38050>>. Acesso em: 14 set. 2020.
- BORGES, Pedro. Epistemicídio, a morte começa antes do tiro. **Alma Preta**, 20/11/2018. Disponível em: <<https://www.almapreta.com/editorias/realidade/epistemicidio-a-morte-comeca-antes-do-tiro>>. Acesso em: 19 set. 2020.
- CARNEIRO, Sueli. Em Legítima Defesa. **Portal Geledés**, 07/10/2008. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/em-legitima-defesa/>> Acesso em: 19 set. 2020.
- COSTA, Wanderleya Nara Gonçalves. As histórias e culturas indígenas e as afro-brasileiras nas aulas de matemática. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 25, n. 2, p. 175-198, ago. 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-46982009000200008>>. Acesso em: 28 ago. 2020.
- FERNANDES, E.; CINEL, N. C. L. B.; LOPES, V. N. **Da África aos indígenas do Brasil: caminhos para o estudo de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena**. Porto Alegre: UFRGS, 2016.
- GOULARTE, Raquel da Silva; MELO, Karoline Rodrigues de. A lei 11.645/08 e a sua abordagem nos livros didáticos do ensino fundamental. **Entretextos**, Londrina, v. 13, n. 02, p. 33-54, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/entretextos/article/view/16035/13888>>. Acesso em: 14 set. 2020.
- KI-ZERBO, Joseph. **História Geral da África I - Metodologia e pré-história da África**. Brasília: UNESCO, 2010. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2010/12/volume_I.pdf>. Acesso em 20 set. 2020.
- MEDEIROS; Angela Cordeiro; ALMEIDA, Eduardo Ribeiro de. História e cultura afro-brasileira: possibilidades e impossibilidades na aplicação da lei 10.639/2003. **Revista Ágora**, Vitória, n. 5, p. 1-12, 2007. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/2010/Arte/artigos/cult_afr_o.pdf>. Acesso em: 14 set. 2020.
- MONTEIRO, Ercila Pinto; ZULIANI, Silvia Regina Quijadas Aro; ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Estudos culturais para o ensino de ciências em uma perspectiva crítica e pós-colonial: o caso da etnociência. **Anais do XI Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em**

Ciências (XI ENPEC), UFSC, Florianópolis, 2017. Disponível em: <<http://abrapecnet.org.br/enpec/xi-enpec/anais/resumos/R1778-1.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2020.

NOGUERA, Renato. Afrocentricidade e Educação: os princípios gerais para um currículo afrocentrado. **Revista África e Africanidades**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 11, nov. 2010. Disponível em: <https://africaeaficanidades.net/documentos/01112010_02.pdf>. Acesso em: 19 set. 2020.

OGAWA, Masakata. Toward a new rationale of science education in non-Western society. **International Journal of Science Education**, v. 8, n. 2, p. 113-119, 1986. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/240526480_Toward_a_new_rationale_of_science_education_in_non-Western_society>. Acesso em: 29 ago. 2020.

PESSANHA, Eliseu de Amaro Melo. **Necropolítica & Epistemicídio**: as faces ontológicas da morte no contexto do racismo. Brasília: Dissertação de Mestrado (UnB), 2018. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/34771/1/2018_EliseuAmarodeMeloPessanha.pdf>. Acesso em: 20 set. 2020.

RAMOSE, Mogobe B. Sobre a Legitimidade e o Estudo da Filosofia Africana. **Ensaios Filosóficos**, v. 4, p. 6-25, out. 2011. Disponível em: <http://www.ensaiosfilosoficos.com.br/Artigos/Artigo4/RAMOSE_MB.pdf>. Acesso em: 19 set 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela Mão de Alice**: o Social e o Político na Pós-Modernidade. São Paulo: Cortez, 1997.